Poder Militar e a Política Externa Brasileira como Instrumentos de Inserção Internacional

Amanda Piva de Moraes Ribeiro[1]
Filipi Holanda Cavalcante Santos Martins [2]
Luiz Marcelo Bergamaschi de Souza[3]
Marina Maria Menezes Maia[4]
Rayssa Dantas de Macedo[5]

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar a inserção internacional do Brasil e seus desdobramentos no cenário internacional com a finalidade de melhor compreender a importância da consolidação de seu poder militar face à sua inserção no sistema internacional. As missões de paz como estratégia associada a uma maior projeção no cenário mundial, as perspectivas das teorias institucionalista e realista e as tentativas de obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas são explorados sob a ótica do poder militar não apenas visto como um instrumento de força contra as ameaças externas, mas também como instrumento para fins de política externa, que se destaca dentre os temas de segurança imediata, para o impedimento de conflitos e constrangimento da violência no âmbito internacional. Com tal objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas de artigos científicos e livros sobre o tema ademais de embasamento no Sumário Executivo do Ministério da Defesa, que resgatam e condensam a política e as influências de defesa nacional e de segurança internacional no escopo da internacionalização brasileira.

Palavras-Chave: Poder militar; Inserção Internacional; Defesa nacional; Segurança internacional.

Introdução

Considerando, com Michel Gust, que "... todos os que pretendem predizer ou prever o futuro são impostores, pois o futuro não está escrito em parte alguma, está por fazer", não se pretende neste trabalho predizer a internacionalização brasileira ou a maneira pelo qual a mesma vem sendo realizada, mas embasar, com dados disponibilizados em publicações nacionais, o posicionamento do governo brasileiro e sua atuação para que a internacionalização, por intermédio do poder militar, encontre, cada vez, compatibilidade face às grandes nações do globo.

A inserção internacional é uma forma de o país buscar uma integração sem subordinação (perspectiva nacionalista) ou uma autonomia possível (perspectiva da globalização) e seu resultado depende dos recursos disponíveis no país nos âmbitos interno, regional e até mesmo internacional e da existência de uma agenda política combinada nas áreas de desenvolvimento, segurança, política externa e política de defesa que ajudem a potencializar os esforços de inserção internacional (PROENÇA JR; BRIGAGÃO, 2002).

---

[1] Graduanda de Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
[2] Graduando de Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
[3] Graduando de Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
[4] Graduanda de Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
[5] Graduanda de Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

A agenda internacional de segurança no Brasil se apresenta sob o olhar de duas correntes teóricas distintas. O primeiro consiste na vertente de análise institucionalista das relações internacionais que privilegia os estudos sobre a paz e preconiza a adesão do Estado aos regimes internacionais como uma forma de inserção internacional, uma vez que esta caracteriza um compromisso a ser assumido pelo Estado frente à comunidade internacional. O segundo olhar reveste um caráter realista, que aborda os estudos estratégicos e pensa na inserção como o resultado das relações entre o Estado e o sistema internacional (PROENÇA JR; BRIGAGÃO, 2002).

A inserção brasileira no meio internacional tem se caracterizado por uma participação ativa nas dinâmicas da comunidade internacional que pode ser percebida através do grande número de tratados internacionais dos quais o país é parte, que abrangem temas de direitos humanos, de segurança internacional, defesa, cooperação internacional, entre outros.

Além disso, o país participa de iniciativas de cooperação de corte regional, como o Mercosul, voltado para temas econômicos; de corte político-diplomático, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que foca na concertação política entre os países falantes da língua portuguesa; de corte econômico-estratégico, como o BRICS, agrupamento composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que trata de temas de coordenação política, da cooperação econômico-financeira e da cooperação multissetorial; e de viés geográfico, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), que trata da coordenação política entre os estados membros.

O Brasil também é reconhecido pelo seu importante papel no sistema onusiano, participando das discussões do Conselho de Segurança como membro não permanente por dez vezes, bem como pela sua atuação nas missões de paz e humanitárias da ONU, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a atual Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (antiga MONUSCO, hoje MONUC) como exemplos recentes.

No âmbito da segurança internacional e regional, o Brasil é integrante do Conselho de Defesa Sul-Americano, criado dentro da UNASUL, que trata da coordenação política para segurança da região; e participa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que atua nas áreas de defesa e segurança no Atlântico Sul.

Para melhor compreender a atuação do poder militar no Brasil é imprescindível, primeiramente, entender a diferença que existe entre o conceito de segurança e de defesa. A Política de Defesa Nacional (2012) traz que o primeiro, tradicionalmente, está relacionado à confrontação entre nações, ou seja, consiste na proteção contra ameaças de outras comunidades políticas. Já o segundo se caracteriza por um conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. A distinção entre os dois conceitos pode ser vista também na Constituição Federal de 1988, na qual o artigo 142 apresenta as Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) como as instituições nacionais permanentes e regulares que se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, enquanto o artigo 144 traz a segurança pública como um dever do Estado e afirma que deve ser exercida com a finalidade da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através da atuação das forças policiais.

Além disso, temos também que compreender que a realidade brasileira é caracterizada por uma paz relativa devido a uma combinação de fatores políticos, históricos e geográficos, exemplificados pela localização da região sul-americana, que se encontra afastada dos principais conflitos mundiais, pela limitação do poderio militar da região, pela presença latente dos Estados Unidos como um agente influenciador, pela priorização da discussão de assuntos domésticos e pelo papel que as normas da sociedade internacional exercem nas

políticas sul-americanas. (MEDEIROS FILHO, 2010). Portanto, pensar no poder militar apenas como um instrumento de força atuando na defesa contra as ameaças externas é insuficiente, sendo necessário considerá-lo também como um agente produtor de desenvolvimento, de tecnologia e como um instrumento da política externa através do engajamento regional e da atuação em missões humanitárias. Uma vez que um orçamento bem gerenciado traz ao país uma boa visibilidade no meio internacional, além de desenvolvimento de tecnologias militares que posteriormente serão utilizadas pelo Estado em outros meios e usos cidadãos.

1. O Poder Militar

Pensando através da perspectiva realista das Relações Internacionais o poder pode ser definido como a capacidade ou os meios de alcançar os objetivos definidos por uma nação. O poder nacional necessita de elementos relativamente estáveis e de elementos sujeitos a constantes modificações: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, estado de preparação militar, população, caráter nacional, qualidade da diplomacia e do governo, entre outros. (MORGENTHAU, 2003). Nesta categorização, o poderio militar apresenta-se como estado de preparação militar, contendo em sua definição as tecnologias, a liderança, a quantidade e a qualidade de suas forças armadas. Alguns “jogos de pontuação” são necessários para que se possam comparar os atributos mencionados anteriormente, calculando a quantidade e qualidade de diversas forças armadas e colocando-as lado a lado, assim, ranqueando países no quesito poder militar. Um exemplo que pode ser tomado como base é o esquema comparativo criado pelo site *Military Power*[6], que serve como ponto de encontro de interessados pelo tema de defesa nacional. Em sua edição de 2016, o ranking de poderio militar da América Latina encontrava-se da seguinte forma:

Edição 2015 / 2016

País	Exército (pontos)	Marinha (pontos)	Força Aérea (pontos)	Efetivos / Pop. (pontos)	G.M. / PIB (pontos)	EDN (pontos)	P.E. (pontos)	Total de pontos	Ranking	de 2014 para 2016
Brasil	354	175	405	10	30	10	60	1.044	1º	■
Chile	240	107	243	30	30	-10	20	660	2º	▲1
Peru	268	134	168	30	30	-40	40	630	3º	▲1
Venezuela	261	86	216	30	20	-10	25	628	4º	▲1
Colômbia	91	84	317	40	50	0	40	622	5º	▼3
Argentina	259	93	89	20	30	-20	35	506	6º	■

© www.militarypower.com.br

Diante do que se pode atestar que o Brasil mantém sua posição indisputada de potência militar da região. Contudo, a grave crise econômica e política que o Estado tem passado desde 2014 e seu aprofundamento em 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma, afetou diretamente a balança comercial brasileira. A tentativa do governo Temer de estabilizar economicamente o país envolve reformas previdenciárias e trabalhistas, que sofrem resistências internas para aprovação, e o governo se volta diretamente para a restrição de gastos públicos, por ele considerados sobressalentes. Dentre as áreas afetadas, destaca-se o corte de 44% dos recursos repassados para as Forças Armadas. Desta forma, o setor de defesa

[6] Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/ranking.htm> Acesso em 01/05/2018.

brasileiro encontra dificuldades para manter uma posição hegemônica regional após sucessivos cortes orçamentários, projetos de descontingenciamento e redução de efetivos.

Simultaneamente, observa-se a tentativa de ascensão de países que investem no setor militar como Chile, Peru e Venezuela. Até mesmo durante a gravíssima crise econômica e social que ocorre na Venezuela, o governo Nicolás Maduro investe de maneira intensiva na preparação de suas forças armadas para conter a pressão social oposicionista e se posicionar contra a advertência intervencionista que o presidente americano Donald Trump realizou, em 2017. Isto escalonou a militarização na América Latina, ainda que o Brasil se mantenha na contracorrente deste processo[7].

No âmbito interno, o descontingenciamento de recursos das forças armadas pode afetar nas ações de manutenção e garantia da lei e da ordem que podem ser acionadas caso as forças auxiliares não consigam manter a segurança social, como foi possível contemplar no caso da cidade do Rio de Janeiro com a Força de Pacificação da Maré, operação conjunta da Polícia Militar estadual, Marinha do Brasil e Exército Brasileiro. Os cortes de orçamento prejudicam objetivamente a capacidade operacional das forças terrestres, podendo reduzir a capacidade de transporte, manutenção e logística, impossibilitando operações de grande porte como a citada.

Considerando que a realidade brasileira sofre mais com os problemas sociais do que com as ameaças de segurança, a discussão orçamentária torna-se complexa. Entretanto, é preciso ter em mente que o investimento em defesa se constitui como fator essencial para a realização da ambição brasileira de aumentar sua importância no cenário internacional e de se firmar como potência regional.

Neste sentido, as forças armadas brasileiras têm investido em tecnologias inovadoras como a continuação do Projeto ASTROS 2020 conduzido pela AVIBRAS, que concorre entre os melhores sistemas de lançadores múltiplos de foguetes do mundo, e do SISFRON conduzido pelo Exército Brasileiro, que pretende criar um sistema de comando e controle mais eficiente nas fronteiras terrestres do país. Contudo, o existente corte de gastos públicos dificulta e atrasa o avanço de novas tecnologias perante a concorrência externa.

Um exemplo pontual, mas que exemplifica bem este tópico é a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), empresa estatal vinculada ao Ministério da Defesa pelo Exército Brasileiro. Pela necessidade de atualizar o armamento leve das tropas brasileiras que utilizavam, e em grande parte ainda utilizam, o Fuzil 7,62mm M964 FAL, em serviço por diversos países desde 1954, a IMBEL criou o projeto de produzir um fuzil de assalto leve com a intenção de modernizar os efetivos militares brasileiros à guerra moderna. Projetado em 2009 e produzido desde 2012, o Fuzil 5,56mm IA2, por mais que seja o primeiro fuzil de assalto integralmente produzido no Brasil e que se adequa ao emprego nas forças armadas brasileiras, ele recebe diversas críticas por não ter tecnologias inovadoras e somente iguala-se à um armamento de tecnologias que eram aplicadas já na década de 90 em armas americanas, por exemplo.

Por outro lado, a área privada do Brasil perde grande parte de seu potencial econômico na indústria de armamentos. As Forjas TAURUS são as maiores referências em exportação de armamentos brasileiros, porém recebem inúmeras críticas na qualidade de seus produtos no mercado interno e, ainda mais, no mercado externo, onde há grande concorrência. Isto deve-se ao monopólio da indústria nacional de armamentos e munições nas mãos de empresas estatais como IMBEL e CBC, e pela legislação brasileira que dificulta a aquisição de armamentos pelos cidadãos, não podendo se comparar com outros países, como os EUA, que detém uma indústria de material bélico forte e com grande fluxo de exportação.

---

[7]Disponível em: <https://br.sputniknews.com/defesa/201704188181128-america-latina-armas-brasil-submarinos-venezuela-defesa/> Acesso em 01/05/2018.

Ao se levar em consideração o desenvolvimento tecnológico do país comparado com o nível das grandes potências, a questão do desarmamento nuclear e da não proliferação não pode ser deixada de lado por ser um exemplo do desenvolvimento do aparato técnico/cientifico militar existente. As potências mundiais, entre outros países em busca de poder militar, desenvolveram armas nucleares para garantirem seu domínio sobre os demais e seu poder de barganha em espaços de natureza política e econômica. Porém, o Brasil em uma tentativa de alcançar o poder militar de forma pacífica como sua política externa, utiliza outros meios para angariar poder e capacidade negocial.

Sabe-se que o Brasil é um estado que se submete as regras da Agencia Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde o ano de 1991 e também participa de arranjos regionais como a Agencia Brasileiro-Argentina de Contabilidade e controle de Materiais Nucleares (ABACC), o que mostra a vontade do estado de seguir com medidas de não proliferação de armamentos nucleares. Esses fatores são fundamentais para a agenda Brasileira de segurança, haja visto o contexto pacifico de inserção na área da política e da segurança.

Observa-se uma crescente expansão do estado brasileiro, buscando consagrar-se como potência regional e também ser cada vez mais representado em organismos internacionais como a ONU, por exemplo, mas para que as ações brasileiras possam ser vistas como próprias de um estado forte são necessárias que ocorram um maior investimento nas instituições militares uma vez que grande parte dos recursos físicos desta instituição se encontram defasados, como é o exemplo da aeronave C-23B Sherpa, uma aeronave que surgiu no início dos anos 80, e que ainda segue em uso no exército brasileiro.

Muitos projetos foram desenvolvidos buscando a modernização das forças armadas no Brasil. No ano de 2012, o general Walmir Almada Schneider Filho externou um plano existente no Exército para a modernização e superação da defasagem tecnológica e operacional. Tal plano custaria cerca de R$11 bilhões e levaria cerca de 10 anos para ser implementado. A iniciativa pode ser considerada de pequeno custo em relação às pesquisas e desenvolvimento de tecnologias nucleares, fato que remete ao incremento do poder militar para inserção internacional, concretizando assim as possibilidades promissoras existentes a partir de uma colaboração entre estados que acordam na não proliferação e não desenvolvimento nuclear.

Os gastos com defesa além de necessários são atualmente falhos, porém da mesma maneira não podem ser desconsiderados apenas pelo fato do Brasil ser um país pacifico e sem guerras recorrentes. Contudo, os costumeiros contingenciamentos e cortes evidenciam que tanto os orçamentos de Defesa do Brasil quanto às funções dessa área continuam sendo pouco estudados e compreendidos, acarretando em deficiências intrínsecas ao direcionamento internacional do país. O Brasil busca aumentar, cada vez mais, sua importância no cenário internacional, por isso se firmar como potência regional, através de investimento em defesa, é um fator positivo. A defesa do país deve ser entendida como uma condição *sine qua non* [8], como um fator contribuinte para o desenvolvimento da defesa nacional e de uma real integração do poder militar com o poder civil (MORAES, 2009). Privilegiar, pois, a solução pacífica de controvérsias, como o Brasil faz, não o obriga a renunciar o uso da força para a defesa de interesse nacional. Potência pacífica não significa potência desarmada e sem defesa.

Gastos com defesa, de cara à formação de uma indústria sustentável de pesquisa e aplicação tecnológica no âmbito militar que revistam futuro emprego no meio civil, são comumente recompensados em termos de escala econômica, no médio prazo. Os modelos observados de desenvolvimento industrial dos países tidos como “grandes potências

---

[8] É uma expressão frequentemente usada no nosso vocabulário e faz referência a uma **ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial.** Disponível em < https://www.significados.com.br/sine-qua-non/> Acesso em 14/05/2018.

militares” soem apontar que parques industriais sólidos, multifacetados e orientados para a produção de conhecimento e de tecnologias aplicáveis passam, invariavelmente, por meios militares, seja pelo potencial orçamentário da área, que injeta recursos na pesquisa, seja pelo fortalecimento exponencial do poder militar da nação, colhedora dos frutos da tecnologia desenvolvida.

No âmbito regional, por mais que a queda do Brasil no ranking militar mundial não tenha afetado o posicionamento na escala da América do Sul, onde o país ainda é a potência regional, a redução dos investimentos na área militar pode aproximar a pontuação dos segundos colocados de forma que lhes seja facultada a contestação do poderio militar brasileiro, por países como Chile e Colômbia. Além disso, a falta de recursos para as forças militares compromete, eventualmente, a segurança nas regiões fronteiriças, como as com o Paraguai e Bolívia, conturbadas pelo tráfico de drogas e de armamentos.

E finalmente, no âmbito global, a queda drástica no investimento militar brasileiro em um período de escalada de compra e desenvolvimento de armamentos no globo enfraquece, no seio da Opinião Pública Mundial, a percepção de que o Brasil é uma potência regional forte e em desenvolvimento. A crise política e econômica pode obstar a possibilidade de participação do Brasil em operações de paz organizadas pela ONU. O país encerrou a MINUSTAH, com uma participação militar elogiada, no corrente ano, sendo sucedida pela vigente missão na República Democrática do Congo[9].

2. A Inserção Internacional

O Brasil atua da maneira mais ativa possível nas questões internacionais pertinentes à cooperação entre as nações, buscando garantir visibilidade para sua inserção no contexto global. Mesmo que essas atuações não tenham sido suficientes para que a nação atingisse uma inserção como potência mundial, é de grande valia expor os processos que estão sendo realizados pelo país para que a inserção esteja cada vez mais próxima de ser atuante e “consistente”.

Neste sentido apresentam-se como fatores que auxiliam o Brasil em seu projeto de inserção internacional a atuação do Brasil nas missões humanitárias das Nações Unidas, a qual atesta sua política pacifista; a participação da diplomacia brasileira em foros políticos multilaterais, como a ONU; a liderança brasileira nas iniciativas de cooperação regional para a temática de defesa e segurança internacional, que demonstram o papel chave que o país possui no âmbito da América do Sul.

2.1 Missões Humanitárias

O Brasil é um país que contemporaneamente possui uma cultura pacifista nas relações internacionais, sendo esta uma postura marcada não somente pela ausência de conflitos bélicos como também por um comportamento apaziguador de conflitos. (ROCHA, 2008). Nos últimos anos, o país procura maior preponderância no cenário internacional e a participação em Missões de Paz das Nações Unidas é uma forma de dar vazão a este anseio (SILVA, 2012).

Após se tornar República, o Brasil preferencialmente maneja a sua política externa baseada no diálogo e no bom relacionamento com vizinhos e países parceiros. Tal posicionamento foi culturalmente edificado como uma forma diferenciada de se tratar as relações com outros países tendo em vista que em alguns momentos históricos as Nações se

---

[9] Descrições e definições do capítulo disponíveis em: <http://www.militarypower.com.br/ranking.htm> Acesso em 01/05/2018.

enfrentaram como forma de alcançar uma posição privilegiada no cenário internacional. Historicamente o Brasil preza pela paz e contribui juntamente às Nações Unidas para o cumprimento das missões que buscam a manutenção da paz no sistema internacional.

Muitas oportunidades foram aproveitadas pelo Brasil para ser porta-voz da Paz, calcadas no fato do país estar fortemente ancorado em "tradições de política externa, quais sejam, amizade com os vizinhos, respeito ao Direito internacional, à solução pacífica de controvérsias, a não intervenção em assuntos internos e à autodeterminação dos povos." (ROCHA, 2009). É um país atuante e interessado no meio internacional e a participação em Missões de Paz da ONU corrobora esta postura. Várias foram as oportunidades de participação em operações que contribuíssem para a Paz no cenário internacional, de maneira gradativa em termos de complexidade e logística, e seu ápice, a MINUSTAH, revestiu grande êxito para a diplomacia e forças armadas nacionais. A missão veio a não somente visibilizar o país, mas também foi uma oportunidade de desempenhar uma posição de liderança frente a outros grandes países. (SILVA, 2012). Porém, considera-se que esta predisposição de participação em missões esteja atrelada a uma visão interessada em angariar um assento permanente, caso haja institucionalmente uma reforma da ONU. (HIRST, DE LIMA E PINHEIRO, 2010).

O Brasil participou de 27 missões de paz das Nações Unidas no período de 1948 e 2001. Em 1993, assumiu pela sétima vez o assento de não permanente no Conselho de Segurança. Em 1994, durante a Assembleia Geral, lançou sua candidatura ao posto permanente enquanto as missões de paz prosseguiam e assim, elevava sua aparição perante o Conselho. Em 2004 comandou com ambição a missão no Haiti e no ano seguinte fortificou sua campanha com os cinco permanentes da ONU e com o G4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil), focando na reforma da ONU. O objetivo do Brasil era tornar a segurança da era da globalização uma responsabilidade coletiva, com regras da ONU e de outros órgãos de negociação nas esferas do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, finanças e comércio (BUENO E CERVO, 2011).

O comportamento apaziguador e pacifista brasileiro, por intermédio das Missões de Paz, pode ser visto como uma oportunidade de aumento de sua participação como *player* no cenário internacional. Mesmo sendo um país com entraves domésticos consideráveis, com o uso frequente das Forças Armadas para resolução de problemas de segurança pública e a falta de gestão orçamentária eficiente, é possível vislumbrar, face às capacidades instaladas, um comportamento mais ativo e com vistas positivas da comunidade internacional, de futuro, como um ato corajoso e que demonstre potencial militar e técnico para gerenciar crises. (ROCHA, 2009).

2.1 **Forças Armadas e a Política Externa Brasileira**

A presença do Brasil nos foros multilaterais procura atingir as metas de desenvolvimento e de segurança, adquirir capacidades para atuar nos âmbitos multilaterais e bilaterais e poupar influências que permitissem modular o constrangimento oriundo de uma reforma da ordem mundial.

Em uma perspectiva histórica, durante o Governo Costa e Silva, entre 1967 e 1969, houve reforço do poder e ampliação da ação no Sul por meio da diplomacia, como “atuação resoluta”, com a Ásia e a África para alcançar na ONU, mais precisamente na UNCTAD, a fim de litigar pelo acesso de manufaturados e acordar sobre matérias-primas (BUENO E CERVO, 2011).

O Governo Médici (1968-1974) possibilitou a aproximação Norte-Sul, o aumento nas zonas de influência, a diminuição da dependência tecnológica e a imposição de vontade sobre outros. Em 1970, o diplomata Gibson Barbosa recomendou que a ONU substituísse a

estratégia da estabilidade para uma estratégia dinâmica de desenvolvimento. No mesmo ano, o Brasil aderiu ao Tratado de Não Armamento Nuclear do Fundo do Mar, sob gestão da ONU e iniciado pelos EUA e União Soviética, já que essas potências zelavam pelo congelamento do poder. Com essa adesão, o país teve seu processo de desenvolvimento bloqueado e a nacionalização da segurança que organizaria o desenvolvimento para superar a dependência estrutural por causa dos domínios de tecnologia. A percepção brasileira impulsionou a perversidade política resultante do referido Tratado, que impedia aos países em desenvolvimento o acesso às tecnologias nucleares, o que era considerado indissociável, se tomado a tento seu projeto de desenvolvimento. A nacionalização da segurança, neste ensejo, cooperou para a adaptação nas áreas aeronáutica, eletrônica, industrial e nuclear (CERVO, 2008).

Durante o governo de Costa e Silva (1967-1969) o conceito de desenvolvimento foi vinculado ao de segurança, uma vez que esta dependia do desenvolvimento. Mesmo com a política de oposição ao Tratado, por causa da desigualdade tecnológica proposta pelos EUA e URSS, estabeleceram-se condições, que nunca se realizaram, de impedimento ao acesso de tecnologia nuclear e acompanhamento de medidas de desarmamento de potências nucleares. Em compensação, o Brasil firmou, em 1967, o Tratado do México, que tinha o objetivo de proscrever as armas atômicas na América Latina (BUENO E CERVO, 2011).

A segurança foi nacionalizada gradativamente por meio do abandono da segurança coletiva, do desejo de realizar uma rápida nuclearização pacífica e compreendia aos meios internos, positivamente, na medida que requeria o próprio desenvolvimento econômico. A nacionalização da segurança manteve convergência de proceder e de princípios com a diplomacia brasileira, pacífica, não intervencionista e respeitadora dos tratados e de regulamentação multilateral global do ordenamento financeiro, comercial e estratégico. Acreditava-se que a nacionalização da segurança seria suficiente para a política externa de poder, como condição, e de bens indispensáveis para o desenvolvimento, como resultado (BUENO E CERVO, 2011).

Entre 1970 e 1973, o Itamaraty atuou em foros com pouca esperança, mas sem se abater. Foi por isso que em relações regionais e bilaterais, o MRE reorganizava os serviços de forma estrutural, informativa e operativa por meio de cooperação multidirigida, autonomia política e adaptação da doutrina de segurança nacional. Essa adaptação foi reformulada por dois motivos: eliminação do modelo bipolar como orientação da política externa e o fracasso do diálogo Norte-Sul (BUENO E CERVO, 2011).

A criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, é resultado de um movimento iniciado no final da década de 80. (OLIVEIRA et al, 2010). Inicialmente, a criação do MD não conseguiu se definir como um órgão de planejamento estratégico e de articulação entre as Forças Armadas e a agenda governamental de política externa (ZAVERUCHA, 2005). O Ministério da Defesa, como instituição, começou a exercer um papel ativo na gestão da política externa e na contribuição para a inserção externa brasileira, especificamente no âmbito sul-americano. Afinal, o Ministério da Defesa é um órgão institucional brasileiro capaz de interferir na esfera externa e é habilitado a reintegrar as Forças Armadas à agenda política civil pós-regime militar. (OLIVEIRA et al, 2010)

Com o fim da Guerra Fria, as Forças Armadas sofriam com a falta de objetivo já que não havia mais a bipolarização que outrora norteara a disposição geopolítica dos países e a consequente necessidade de presença militar ativa, os militares foram colocados em uma espécie de exclusão, sem um papel atuante na nova agenda democrática brasileira (FUCCILE, 2006). As indagações sobre esse panorama buscavam definir a nova função das Forças Armadas e as respostas iam desde a extinção, passando pelo combate ao crime organizado, pela realização de obras de infraestrutura até mesmo por uma reorganização das próprias estratégias. (OLIVEIRA et al, 2010). Por isso, houve contradições ao associar a política

externa à segurança no período do regime militar. O sistema de segurança nacional, criado por geopolíticos, descartou o equipamento da ditadura. Além disso, os militares conseguiram fortalecer uma diplomacia frente a América do Sul (CERVO, 2011).

Essa indefinição da atuação do Ministério da Defesa, que durou por alguns anos, começou a mudar significativamente a partir da chegada de Nelson Jobim ao Ministério, quando se conseguiu uma melhora na interação entre as Forças Armadas e a agenda governamental em relação à pauta externa (OLIVEIRA et al, 2010). A atuação do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) nessa área foi introdutória, mesmo com o mérito de levar a cabo o lançamento da Política de Defesa Nacional (PDN), do Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) e a criação do Ministério da Defesa (MD), o relacionamento entre governo e militares não foi harmonioso (ZAVERUCHA, 2005). Mesmo com a coordenação e expressão desejável das políticas externa e de defesa, respectivamente, a política externa de FHC, influenciada pelo pensamento institucionalista e com priorização do econômico sobre o político, não atribuía ao caráter determinante das Forças Armadas no papel internacional do Brasil. Desse modo, a principal área de atuação dos militares na política externa brasileira foi a participação em operações de paz (ALSINA JÚNIOR, 2003).

Durante a era FHC, com a imposição da segurança multilateralizada, abriu-se mão, temporariamente, da candidatura ao posto de permanente em nome da reforma do Conselho para a legitimação de implementar a política de segurança global e determinar parâmetros. Ou seja, sem a ONU, as ações de força que os Estados, governos ou mesmo a OTAN tomassem não teriam legitimidade, na visão brasileira. (BUENO E CERVO, 2011).

A política do Governo Lula (2003-2010) foi marcada por uma diplomacia multilateral, aproximando-se dos países do eixo Sul, e de diálogo no eixo Norte/Sul. Essa mudança na agenda de política externa recolocou a América do Sul como uma das prioridades, seja em termos políticos, econômicos, de infraestrutura, de energia ou militares, algumas iniciativas foram tomadas, dentre elas a revisão do plano estratégico (2004-2012) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OLIVEIRA et al, 2010).

A atitude do governo Dilma foi de buscar fortalecer o papel das Forças Armadas, e do próprio ministro, já que a condução do MD tem se mostrado dependente da personalidade do titular da pasta (OLIVEIRA et al, 2010). Em entrevista ao Jornal EM, Dilma Rousseff disse que as Forças Armadas brasileiras são fundamentais para o êxito da nossa política externa pacífica que ocorre por meio da relação de confiança mútua estabelecida com os países com os quais o Brasil mantém relações. A cooperação militar com a América do Sul é a base para a manutenção do ambiente de paz atual (no continente). Construiu-se um cinturão de paz em que não há espaço para guerras e conflitos entre as nações e muito devemos nos orgulhar disso num mundo divido por conflitos de todas as naturezas. As Forças Armadas estão presentes em áreas estratégicas para a segurança internacional. Essa presença se destaca pelas posições ocupadas nas missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas.

2.2 **Arranjos Regionais de Cooperação**

A América do Sul é considerada uma região de paz relativa, principalmente devido a redução das tensões que existiam entre Brasil e Argentina até os acordos de Tlatelolco em 1967, que tornou possível buscar uma integração da região para a discussão da temática de segurança. (LIMA, 2017). Soma-se a isso as mudanças ocorridas ao longo do século XXI, como a emergência de governos com uma orientação mais de esquerda, as alterações da agenda internacional, o declínio dos Estados Unidos no sistema internacional, a atuação da Rússia e o crescimento da China trouxeram mudanças no cenário internacional despertando

novas ideias na América do Sul, que se tornava uma região com possibilidades de ter políticas mais autônomas. (FUCCILLE, 2014)

Esse novo cenário possibilitou ao Brasil o desenvolvimento de uma política integracionista que pôde ser vista com a formalização da União das Nações Sul-Americana (UNASUL), organismo internacional criado em 2008 pelos 12 países sul americanos com o objetivo de aproximar as nações visando uma atuação multilateral unificada no cenário internacional, fortalecer o diálogo político entre os países da região com o objetivo de reforçar a integração e a participação da América do Sul no cenário internacional enquanto um bloco coeso.

A UNASUL carrega uma importância política para os países sul americanos uma vez que é uma instituição dotada de personalidade jurídica e, portanto, possui capacidade de dialogar com outros blocos do sistema internacional, fazendo com que a voz dos países sul americanos tenha mais força. Ademais, a organização demonstra que o Brasil tem capacidade de liderança e de potência regional, porém sem interferir na soberania e independência dos outros países da região. (BARBOSA, 2015)

Um ponto importante de sua ação é que ela não foca apenas no âmbito político e econômico das relações sul americanas, mas busca ampliar o escopo das discussões e traz à tona a questão da segurança regional.

Para melhor tratar dessa questão foi proposta a criação do Conselho de Defesa Sul Americano, também em 2008, que surge então como uma instância de cooperação para troca de conhecimentos na área de defesa e segurança, com reuniões realizadas pelo menos uma vez ao ano no qual as decisões apenas são validadas por meio de consenso. Seus três objetivos gerais consistem em: 1) consolidar a região como uma zona de paz, visando à estabilidade democrática e o desenvolvimento da região; 2) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, considerando as características de cada país, e 3) gerar consensos com vistas a fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (PAGLIARI, 2016) A função do CDS não seria apenas a análise de questões militares, mas a promoção da concertação regional para temas estratégicos afim de facilitar consensos entre os Estados e definir soluções para os problemas que compartilham. (ABDUL-HAK, 2013)

Dentro do CDS, os países membros se comprometem a cooperar e realizar intercâmbios na área de indústria de defesa e a promover avanços no estabelecimento de uma noção unificada do significado de defesa para a região, com vistas a desenvolver uma posição conjunta dentro dos foros multilaterais da temática. Essas iniciativas ajudam a institucionalizar a aproximação regional da América do Sul para que os países possam tratar de suas próprias agendas, buscando evitar a interferência dos Estados Unidos. (PAGLIARI, 2016)

O papel de liderança do Brasil no âmbito do CDS se torna possível pela "opção de não-confrontação aberta com Washington" e do "low profile na construção de sua liderança", bem como devido a instrumentos como a zona de Paz Sul-Americana/Comunicado de Brasília (2000), a inauguração das Reuniões de Ministros da Defesa da América do Sul, o estreitamento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, fatos que caracterizou como "uma não desprezível tradição de se procurar distensionar o ambiente de segurança e defesa regional, além de servir para o propósito de aproximar os subcomplexos regionais de segurança Norte-Andino e do Cone Sul.". Entretanto, é importante salientar que o Brasil não tem sido capaz de estabelecer um discurso coeso o que faz com que a ideia de que o país é um "hegemon, gigante e subimperialista" permaneça no imaginário dos vizinhos. (FUCCILLE, 2014)

Ainda que seja apenas um órgão consultivo, o CDS realizou importantes atividades no âmbito da segurança regional como o estabelecimento de Planos de Ação comuns, de medidas de confiança mútua, a criação da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude) e do Centro de

Estudos Estratégicos de Defesa (2010) localizado em Buenos Aires e que se configura como uma instância de produção de estudos para assessorar a atuação do Conselho, sendo que sua principal missão é produzir conhecimento e difundir o pensamento estratégico da região. Além disso, tem se a publicação dos cadernos de defesa, que trazem medidas de fomento à confiança e segurança; os informes de institucionalidade na defesa, o qual apresenta a estrutura dos sistemas de defesa de cada país e suas políticas de cooperação internacional; a criação do Conselho Sul-Americano em matérias de Segurança, Justiça e Coordenação contra a Delinquência Organizada Transnacional (2012) e do 1º Registro Sul Americano de Gastos de Defesa, que busca definir os gastos comuns bem como classificar os gastos realizados; a criação da Escola Sul Americana de Defesa (Esude), em 2014, cujo objetivo é criar um pensamento unificado para a defesa e também fortalecer os laços de confiança e as operações conjuntas; e a decisão de criar um protocolo de cooperação entre os Ministérios da Defesa da região. (SOUZA 2015)

Apesar desses avanços, ainda existem desafios à atuação do Conselho, principalmente relacionados à "heterogeneidade de pontos de vista" e a "polissemia que marca os conceitos de segurança e defesa na região, além das disparidades e assimetrias nos campos social, econômico e militar que caracterizam os países membros" e que a cooperação sul-americana para defesa e segurança será inviável caso não seja "acompanhada de uma nova cultura estratégica, e o respectivo aprofundamento e criação de novas institucionalidades nos planos econômico, social, cultural, entre outros". (FUCCILLE, 2014)

3. Cenário Prospectivo da Inserção Internacional do Brasil

O termo frequente utilizado e tido como um dos objetivos da Política Nacional de Defesa e da Política Externa Brasileira (PEB) é a "Inserção Internacional" do Brasil, já descrita anteriormente. Significa dizer que se busca uma melhor posição no cenário internacional e, consequentemente, um *status quo* que traga mais benefícios à nação. Para atingir tal melhoria, ou seja, a inserção internacional almejada, são necessários alguns avanços e ajustes na PEB que implicam diretamente na sua atuação no meio internacional. Por este ser anárquico e composto por disputas de poder e hegemonia (CARR, 2001), o Estado atua no ambiente interno sem estar necessariamente desvinculado do ambiente externo. Esta atuação vai além da proteção do Estado contra ameaças, englobando além dos atos humanitários e sociais, o exercício do papel líder na região sul-americana, considerado por muitos estudiosos da área como já existente[10].

Com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim e, mais recentemente, com o ataque de 11 de setembro, a Guerra do Iraque, a Guerra civil na Síria e o iminente conflito bélico nuclear entre Coréia do Norte e Estados Unidos da América, o quadro mundial vem se modificando drasticamente. As incertezas e a ausência de paradigmas são crescentes, o que dificulta a previsão de estratégias internacionais e a identificação de possíveis inimigos. Isso expande a necessidade de fortificar a política de defesa do território.

Por ser um país ainda em desenvolvimento, o Brasil busca diminuir suas vulnerabilidades e ameaças externas, sem exercer hegemonia ou dominação. A garantia do Brasil em um cenário de dimensão militar é intervir onde é capaz, ou seja, promover o desarmamento global, aumentar a capacidade de negociação do país no cenário internacional, participar de operações de manutenção da paz, reforçar o clima de solidariedade entre os países da América Latina e na região do Atlântico Sul, desenvolver uma estratégia sustentável para a Amazônia e defender a biodiversidade nacional, além de aprimorar a indústria de

[10]Disponível em < https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-insercao-do-Brasil-e-da-America-do-Sul-na-segunda-decada-do-seculo-XXI/6/15610> Acesso em 30/04/2018

defesa, com ênfase na tecnologia. O principal foco para tais desenvolvimentos são a cobiça internacional da Amazônia, os crimes organizados transnacionais da região, o uso excessivo do apoio das Forças Armadas em questões de segurança pública em áreas urbanas e a limitação de equipamentos militares defasados.

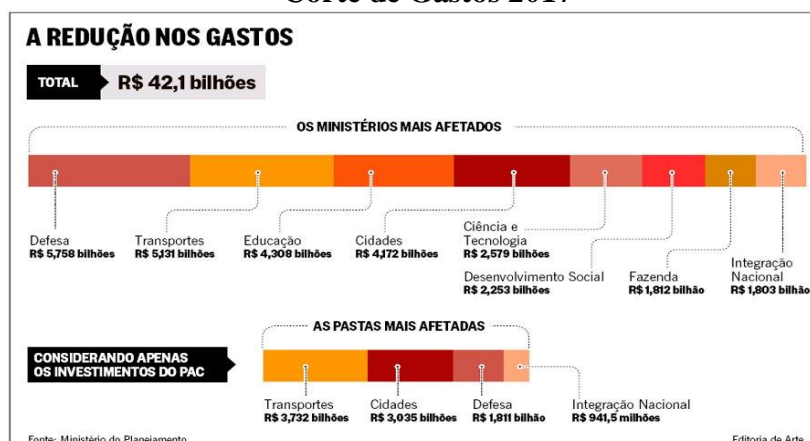
Baseado na forma como o Brasil atua, é notável no Artigo 4º da Constituição Federal[11] a regência nas suas relações internacionais pelos princípios de: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. A Carta Magna, portanto, demonstra diversos aspectos de uma nação forte e preocupada com o contexto global, seja nas questões de Direitos Humanos, como a preocupação com refugiados de guerra, nas questões militares, como a defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias, ou em questões políticas, como a igualdade entre os Estados e a concessão de asilo político. Aspectos tais que levam a República a atuar, se condizente com o determinado em sua Constituição, como um player fundamental no âmbito internacional e regional.

De acordo com a Constituição, compete as Forças Armadas propiciar a segurança externa do Estado, assegurar a ordem interna, em casos de calamidade, e garantir os poderes constitucionais da lei e da ordem. Com esta base, os preparos do país frente a possíveis ameaças externas levam ao desenvolvimento das capacidades cibernéticas com a defesa nacional mais atual. Os sistemas de comando, controle e inteligência das Forças Armadas, em um estágio de desenvolvimento tecnológico, tem como objetivo desenvolver um controle e capacidade sobre o espaço aéreo, o território e as aguas jurisdicionais para que em possíveis conflitos futuros (ataques cibernéticos e espionagem) o Brasil não seja imobilizado.

Após uma breve análise, nos capítulos anteriores, acerca do poder militar e das conhecidas atuações do Brasil no meio global para sua inserção, vale ressaltar, também os possíveis engajamentos e atuações do país em curto e longo prazo para os próximos anos. O Ministério da Defesa publicou em 2017 um cenário de Defesa de 2020-2039 (BRASIL, 2017), no qual engloba possíveis (em escalas de maior e menor probabilidade) acontecimentos relativos à Segurança e Defesa que possam impactar, de certa forma, nas atribuições legais e constitucionais do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, como será descrito de forma resumida a seguir.

Em âmbito interno, "Em função das restrições orçamentárias, **poderia** ocorrer priorização dos recursos para atribuições subsidiárias em detrimento das ações em prol da defesa externa", assim como já vem acontecendo. A Diminuição do orçamento em Defesa é visível na imagem a seguir, e pode reduzir o investimento em Indústria de Defesa.

[11]Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 28/04/2018.

Corte de Gastos 2017

Fonte: Ministério do Planejamento

Portanto, havendo a necessidade de superar a crise orçamentária do Sistema de Defesa brasileiro[12], a noção de uma Cultura de Defesa sólida, recente e gradativa[13], onde a sociedade civil, a academia e os órgãos executores compreendem a necessidade da Defesa, deve se ater às preocupações com a Defesa Nacional. Tendo em vista não haver na América do Sul outro país que se iguale ao Brasil em investimentos em Defesa, a maior parte deste é direcionada a gastos com pessoal e previdência, restando, desta forma, uma porcentagem minoritária para o investimento em tecnologia. Visto isso, uma reforma na gestão orçamentária que privilegie os gastos com tecnologia e desenvolvimento é necessária, visto que uma potência militar não consiste em simplesmente ter o maior exército, mas em possuir o melhor exército, justamente em termos de tecnologia.

Em âmbito regional, os gastos em Defesa permanecerão estáveis, onde "os orçamentos vizinhos não se igualarão e nem superarão o brasileiro. " (BRASIL, 2017), além da maior cooperação na região sul-americana entre as Forças Armadas, favorecidas pelo alcance da solução diplomática de controvérsias, que levará ao "aumento da capacidade de defesa conjunta dos interesses regionais". O Atlântico Sul também está inserido na proximidade regional e zona de influência do país, onde a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – exerce um certo poder, conforme diagnosticado "manter-se-á capaz de controlar o Atlântico Sul contra qualquer ameaça e de projetar poder sobre a América do Sul e África", sendo que este controle poderá aumentar se houver uma "expansão militar chinesa na África" (BRASIL, 2017).

O Atlântico Sul, de importância geoestratégica para o Brasil, pode se tornar causa e palco de tensões e conflitos futuros, principalmente pelo grande interesse internacional na descoberta de novas reservas petrolíferas, bem como de recursos minerais e pesqueiros na plataforma continental brasileira e na costa africana. Também no litoral africano, a questão da pirataria no Golfo da Guiné pode ser escalada para uma tensão internacional.[14] Por último, a presença de atores extrarregionais como Rússia, China e Índia, pode vir a interferir na hegemonia norte-americana nos oceanos. O aumento da presença e influência desses países no

---

[12]Onde 73 % dos investimentos em Defesa se remetem a gastos com pessoal e encargos sociais. Disponível em < http://defesaeseguranca.com.br/governo-veja-os-valores-que-os-projetos-estrategicos-da-defesa-vao-receber-em-2017/> Acesso em 30/04/2018

[13]"A promoção da cultura de defesa no Brasil é oriunda de uma preocupação de que a Defesa seja definitivamente posta na agenda nacional" Disponível em < http://www.academia.edu/35733628/A_promo%C3%A7%C3%A3o_da_Cultura_de_Defesa_no_Brasil_2008-2016> Acesso em 30/04/2018.

[14]Disponível em <http://www.revistaoperacional.com.br/2015/geopolitica/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional/> Acesso em 28/04/2018.

continente africano, nas áreas econômica e militar, bem como o lançamento dessas potências emergentes ao mar, pode suscitar nos EUA a necessidade de uma demonstração de sua força naval.

Desta forma, o Brasil, obtendo e garantindo maior influência na região por intermédio das ZOPACAS[15], garantirá uma maior autonomia e um maior protagonismo e poderá fortalecer as Forças Armadas dos países africanos, em especial as Forças Navais, em favor da defesa do Atlântico Sul, livre do domínio de países "invasores".

Partindo do princípio que, para se inserir internacionalmente, o Brasil deve procurar um protagonismo regional em primeiro lugar, a importância da imposição brasileira em questões de Segurança e Defesa, no âmbito da UNASUL[16] e das ZOPACAS é fundamental para que possa exercer sua liderança na cooperação regional e, a partir deste ponto, expandir-se para além de seu espectro regional natural. O gasto em Defesa na região sul-americana, com base no percentual do PIB, é um exemplo de que ainda faltam passos para que o Brasil atinja o patamar dos países mais influentes internacionalmente, tendo em vista ser o poder militar um fator fundamental para tal.

Em âmbito mundial, "EUA e OTAN manterão sua superioridade militar com capacidade de atuação global" (BRASIL, 2017) mesmo com a chance do aumento orçamentário da China e da Rússia, no qual haverá a probabilidade daquela se tornar a segunda potência mundial militar, aumentando assim sua zona de influência sobre os demais continentes. "A OTAN manterá a assimetria militar em relação à Rússia e à China" (BRASIL, 2017) levando a continuar o apoio contrário das potências militares a lados opostos em conflitos locais, como a última intervenção norte americana na Síria[17], na qual a Rússia apoia o governo de Bashar Al-Asaad (atual presidente da Síria) e os Estados Unidos da América dá suporte às milícias rebeldes no conflito com armamentos e apoio militar.

Neste contexto, a publicação ressalta a importância da tecnologia no poder militar onde a "assimetria militar é diretamente proporcional à assimetria tecnológica" (BRASIL, 2017), além dos conflitos híbridos/assimétricos[18], que causaram instabilidades para todos os países e maior necessidade de os Estados estarem aptos a combater o "mal desconhecido".

Conclusivamente, tendo em vista os Cenário de Defesa no Brasil e no Mundo, faz se necessário que o Brasil esteja preparado para todos os possíveis acontecimentos, seja em âmbito interno, regional ou global.

A desenvolvimento dos instrumentos e capacidades militares trará maior força aos dominadores desta evolução, na medida em que garantirá o sucesso do emprego da força com menor custo e risco. Assim, os confrontos cada vez mais indiretos manterão as regiões instáveis, sem confrontos diretos com as potências mundiais (BRASIL, 2017). Assim posto, tal fato distancia o Brasil como atuante internacional face às potências militares mundiais, tendo em vista menor relevância referenciada ao país por não possuir arsenal nuclear dissuasório[19]. Não apenas armamentos nucleares, mas o pleno domínio aéreo, espacial e informacional (BRASIL, 2017) que acabam por determinar o domínio mundial do poder

---

[15]Breve explicação das ZOPACAS disponível em < http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/zopacas> Acesso em 30/04/2018.

[16] Site oficial da União de Nações Sul-americanas: < https://www.unasursg.org/en> Acesso em 02/05/2018.

[17]Conforme descrito em < https://exame.abril.com.br/mundo/ataque-na-siria-entenda-o-caso-e-a-tensao-entre-eua-e-russia/> Acesso em 30/04/2018.

[18]A possibilidade do conflito contínuo com combates pouco definidos no tempo e no espaço, disputado em diferentes níveis por um conjunto de forças nacionais e subnacionais indica que é provável que... a guerra... passe de uma divisão nítida a categorias indistintas. Definido em < http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/18978/GUERRA-HIBRIDA-%E2%80%93-Breve-Ensaio-/> Acesso em 30/04/2018.

[19]Problematização sobre se existissem armas nucleares no Brasil disponível em <http://www.politize.com.br/armamento-nuclear-no-brasil/> Acesso em 30/04/2018.

sobre as determinações e políticas externas dos demais. Neste ponto, o Brasil necessita desenvolver os meios e as capacidades abordadas para poder inserir-se internacionalmente no grupo das potências regionais, que detêm grandes capacidades militares condizentes com a intenção brasileira e capaz de atuar de forma independente e autônoma.

Considerações Finais

O Brasil é um país em desenvolvimento e pacificado (no que diz respeito aos conflitos internacionais da atualidade) e sempre busca cooperação com outros países, além de atuar frequentemente como intermediador de conflitos internacionais e pacificador em regiões de conflitos. Mesmo assim, existe uma natural dificuldade de engajar o nível político, e mesmo a nível social, temas atinentes à Segurança Internacional e à Defesa Nacional no país. A ausência concreta de inimigos externos torna difícil a percepção da necessidade de investimentos para a manutenção adequada do poder militar do país, componente e expressão perene do Poder Nacional.

A participação do Brasil nas operações de paz das Organizações Unidas, atualmente coincide com a ascensão do país na hierarquia informal das relações internacionais contemporâneas. O Brasil, com sua atual missão de paz, comandada por uma tropa brasileira, na República Democrática do Congo, cada vez mais demonstra seu poder de atuação como ator internacional. Como consequência dessa atuação, os governos brasileiros passaram a adotar critérios de participação no mesmo tom dos princípios e das diretrizes da política externa brasileira, no qual abriu um caminho de oportunidade para a maior inserção do Brasil no mundo. Porém, este meio de inserção não é o suficiente.

O sonho, ainda distante, de alcançar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, traz ao Brasil maior vontade de engajamento em assuntos políticos e sociais pertinentes a organizações internacionais poderosas como a ONU. A diplomacia brasileira é um caminho claro para se conquistar maior confiança no contexto internacional.

Adicionalmente, os arranjos de cooperação existentes na região são alavancas para a aparência do país como país “poderoso”, capaz de atuar no lobby dos países vizinhos e com influência e poder nas decisões internacionais. A UNASUL e as ZOPACAS são exemplos de que a atuação brasileira na região possui impacto, mesmo que secundário, nas decisões e zonas de influência de países externos na região. A América do Sul é uma região que possui um “isolamento estratégico” capaz de favorecer o distanciamento dos problemas e guerras existentes entre as nações hegemônicas, como Estados Unidos da América, Rússia e China.

O surgimento da China como uma potência também militar é um exemplo de que o Brasil necessita atingir sua internacionalização em todos os âmbitos e agendas, não bastando apenas a político e econômica, mas também a militar, ou seja, armamentos e tecnologia desenvolvidos.

Ressaltando a necessidade de se desenvolver as tecnologias e equipamentos atrasados no país, a modernização desses equipamentos traz uma maior garantia de desenvolvimento ao país, tendo em vista ser a Indústria de Defesa um meio a alcançar a o desenvolvimento de outras áreas no Brasil.

A concepção de poder militar, não apenas como poderio bélico, mas também como a capacidade de fortalecer o Estado em sua tarefa de propiciar desenvolvimento interno e coletivo por meio do desenvolvimento das tecnologias militares, demonstra a necessidade da garantia de orçamentos maiores destinados à defesa nacional que desenvolvam instrumentos da tecnologia para auxiliar os desenvolvimentos internos no país, garantindo, desta forma, que as Forças Armadas possuem papel fundamental no país pacifista, porém com almejo de alavancar patamares maiores na disputa de poder mundial. Este objetivo apenas será atingido

com o fortalecimento da Indústria de Defesa do Brasil e de sua vinculação com o governo para a transferência de tecnologias ao âmbito civil, fator relevante na evolução econômico-tecnológica da nação.

O Brasil é um país capaz de alçar voos significativos na corrida tecnológica e de poder, levando em conta a inserção internacional que perdura e que deve dar-se em diversos âmbitos. Dessarte, mesmo sendo o Brasil um país que prioriza o diálogo e a solução pacífica de controvérsias, o desenvolvimento de um poder militar, em seu sentido primordial, deve revestir capacidades militares e propulsar o desenvolvimento do país no nível das grandes potências. A gestão eficiente do orçamento de defesa se faz mais do que necessária para que o alcance seja completo e atuante por longo prazo. A gestão orçamentária, revisitada pode propiciar uma reorientação dos investimentos em Defesa para que uma maior parte seja investida em tecnologia e desenvolvimento, entendido o poder militar não apenas com a existência de um exército forte e capacitado em questões de armamento, mas em possuir desenvolvimento tecnológico para que este possa exercer suas funções de melhor maneira.

Em suma, garantir melhores dotações orçamentárias, por meio de sensibilização da sociedade quanto à importância da Defesa na composição do parque tecnológico brasileiro e de sua escala econômica e produtiva para o bem coletivo, orientar pesquisas e projetos para a inovação tecnológica com emprego militar e modernizar a gestão e estruturas das Forças Armadas faz-se mister no seio da discussão ora ensejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JR, João Paulo Soares. **A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso.** In: Revista Brasileira de Política Internacional, 46 (2), p. 53-86, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a03.pdf. Acesso em: 13 de maio 2018.

BARBOSA, Fabrício Freitas B. Rezende Melo. **Conselho de Defesa Sul-Americano e Integração Regional: análise da história recente.** Conjuntura Global, 2015. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/02/12-Fabricio-Freitas.pdf> Acesso em 19 de setembro de 2017

BRASIL, Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020-2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento.** Brasil: A Assessoria. 2017.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil.** 4ª ed. rev. ampl. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939.** 2ª ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

FUCCILLE, Luís Alexandre. **Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): Balanço e Perspectivas.** IX Encontro da ABCP. Apresentação "Conselho de Defesa Sul-Americano

(CDS): balanço e perspectivas". 2014. (Encontro). Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/conselho-defesa-sul-americano-cds-balanco-e-perspectivas-714.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2017

_____. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil.** In: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p. 121-237, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280075/1/Fuccille_LuisAlexandre_D.pdf. Acesso em: 13 de maio 2018.

HIRST, M., LIMA, M.R.S., PINHEIRO, L. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios.** Nueva Sociedad, p. 22-41, 2010.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul.** 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2010.tde-16112010-105249. Acesso em 08 de outubro 2017.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: Ed. UnB, 2003.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de, et al. **O papel do Ministério da Defesa na política externa brasileira para a América do Sul.** Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 49 - 66, 2010. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/6378/5832. Acesso em: 13 de maio 2018.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança e defesa na América do Sul: a cooperação regional e o papel do Brasil.** Diálogo, Canoas, n.16, p. 13-29. Jan-Jun 2010. Disponível em <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2010_n16/gcpagliari.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2017.

PROENÇA JR., Domício e BRIGAGÃO, Clóvis. **Concertação Múltipla: Inserção Internacional de Segurança do Brasil.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2002.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. **Política externa e política de defesa no Brasil: Civis e militares, prioridades e a participação em missões de paz.** e-cadernos ces, n. 06, 2009.

_____, Antônio Jorge Ramalho. **Prioridades claras, necessidades ocultas e o Plano Estratégico Nacional de Defesa.** 2008.

ROUSSEFF, Dilma. Entrevista concedida ao Jornal EM. 08 ago. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/08/interna_politica,433014/forcas-armadas-garantem-politica-externa-pacifica-dilma.shtml. Acesso em: 13 de maio 2018.

SILVA, Fernando José Sant'Ana Soares. **Defesa Nacional para o século XXI: Política Internacional, Estratégia e tecnologia militar.** Rio de Janeiro, IPEA, 2012.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. **Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.** In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em < http://hdl.handle.net/10183/132919>. Acesso em 01 de nov. 2017.

ZAVERUCHA, Jorge. **A Fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro.** In: Revista de Sociologia Política. Curitiba, 25, p. 107-121, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31114.pdf. Acesso em: 13 de maio 2018.